

Comissão Fluminense de Folclore: reflexão intelectual e projetos políticos no Estado do Rio de Janeiro, na década de 1950¹.

*Rui Aniceto Nascimento Fernandes*²

A discussão sobre os projetos de constituição da identidade nacional vem sendo alvo de profícuas análises historiográficas. Diversos pensadores, de diferentes áreas do conhecimento, colocaram-na em sua pauta de reflexões. Desde o século XIX esse debate está associado a constituição de um Estado Nacional Unificado e centralizador. Em meados do século XX os folcloristas representaram um importante segmento intelectual participante do debate com uma perspectiva singular. Apesar desse grupo ter sido marginalizado dos debates acadêmicos e das investigações historiográficas sobre o tema³, formam uma importante linha de pensamento que, nos anos de 1950, conseguiram instituir uma organização de atuação em âmbito nacional – a Comissão Nacional de Folclore e as Sub-Comissões estaduais –, organizar diversos congressos e semanas conformadores e divulgadores dos seus ideais e envolver o poder público instituído – seja em nível nacional, estadual ou municipal – para seus objetivos⁴. Este grupo buscava analisar a relação entre as especificidades locais/regionais no processo de constituição da identidade maior, a brasileira. Esse projeto encontrou respaldo nas políticas públicas de investigação sobre o Brasil que visavam conhecer a realidade do país e promover sua modernização⁵. O movimento folclórico encontrou um momento propício para implementar suas propostas em consonância com os projetos políticos. Analisando o caso da Comissão Fluminense de Folclore (CFF) temos por objetivo, aqui, observar como as propostas dos folcloristas associavam-se ao projeto de modernização do Estado do Rio de Janeiro implementado durante a interventoria de Amaral Peixoto (1937-1945) e retomado no seu mandato democrático (1951-1954). A Comissão era um espaço de confluência de intelectuais que buscavam, a partir dessas origens acadêmicas diversas, forjar uma especificidade para o então Estado do Rio de Janeiro e de suas regiões constituidoras. Proposições essas que encontraram respaldo no projeto político amaralista e que, com as mudanças implementadas nas orientações políticas do Estado, na segunda metade dos anos de 1950, perderam seu espaço.

I – O MOVIMENTO FOLCLÓRICO E CENÁRIO FLUMINENSE DA DÉCADA DE 1950.

O ano de 1945 representou, no cenário internacional, assim como no Brasil, um intenso momento de reorganização conjuntural das sociedades e das relações entre as nações. A criação da ONU propunha a criação de fóruns de debates e de interações, entre os povos, que permitissem o conhecimento e a cooperação mútua entre as nações nos mais diversos assuntos. Na convenção internacional que criou a UNESCO propunha-se que cada país membro deveria criar organismos nacionais que lhes permitissem representação, naquele órgão⁶.

O Brasil foi o primeiro país a seguir essa deliberação criando, em 13 de junho de 1946, junto ao Ministério das Relações Exteriores, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC). Por seus estatutos, o IBECC

¹ Este trabalho faz parte das investigações que venho desenvolvendo para minha dissertação de mestrado em História que conta com o apoio do CNPQ.

² Mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da UFF, pesquisador associado a Linha de Pesquisa “História de São Gonçalo: Memória e Identidade” integrante do Laboratório de Pesquisa Histórica DCH/FFP/UERJ.

³ Maria Laura Viveiro de Castro Cavalcanti; Luís Rodolfo Vilhena. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 3, n.º. 5, 1990, p. 75-92.

⁴ Luís Rodolfo Vilhena. **Projeto e missão**. O movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: FUNARTE/FGV, 1997.

⁵ Entre os movimentos surgidos com esse objetivo podemos citar a criação da CILEME (Campanha de Inquéritos e Levantamentos no Ensino Médio e Elementar) criada por Anísio Teixeira em 1953. Cf. Maria Laura Viveiro de Castro e Cavalcanti e Luís Rodolfo Vilhena. **Traçando Fronteiras...** p. 77.

deveria ser composto por comissões permanentes e possuir ramificações nos demais Estados da Federação. A primeira comissão criada foi a de folclore, em dezembro de 1947, que ficou a cargo de Renato Almeida, musicólogo e alto funcionário de carreira do Itamaraty⁷. Entre seus planos de ação estava a luta pela institucionalização do folclore como campo cientificamente autônomo no seio das ciências humanas e sociais⁸ – detendo assim espaço nas universidades – e a criação comissões estaduais de folclore que contassem com ramificações no interior dos estados promovendo uma grande mobilização que envolvesse todo o país⁹.

O plano de trabalho dos folcloristas brasileiros era alicerçado pelo tripé pesquisa, proteção e ensino¹⁰. Propunha-se a realização de um grande inventário do folclore nacional com vistas a registrar todas as manifestações populares antes que as inovações advindas com o progresso tecnológico e com as transformações sociais acabassem por levá-las ao desaparecimento. Assim os dois primeiros objetivos eram os mais imediatos: conhecer para proteger e registrar para que, caso houvesse o desaparecimento, fosse possível seu posterior ressurgimento. Utilizá-lo na educação significava ensinar a todos as verdadeiras tradições e perpetuá-las.

As comissões estaduais buscavam atingir tais objetivos, cada qual de uma forma específica. As de maior vitalidade, entre 1947 e 1964, foram as de Santa Catarina, Espírito Santo e São Paulo. As demais são, geralmente encaradas como projetos que não alcançaram grandes êxitos¹¹. Essa idéia pressupõe que o desenvolvimento de todas as comissões deveria ser uniforme, o que sabemos ser extremamente equivocado. Deve-se analisar os processos que envolveram as sub-comissões estaduais pois é através dos casos que compreenderemos as dinâmicas específicas e as condições particulares que viabilizaram, ou não, os esforços de definição do campo folclórico nos Estados.

As investigações que venho desenvolvendo sobre a CFF apresentam-nos, se não um projeto vitorioso e plenamente constituído, um esforço de conformação do campo de estudos folclóricos no Estado do Rio de Janeiro nos anos de 1950. Esforço esse que possuiu repercussões várias, envolvendo um conjunto de intelectuais que constituíram-se nos expoentes da intelectualidade fluminense de então, associados aos projetos políticos amaralistas de revitalização do Estado do Rio de Janeiro nos moldes de uma *modernização conservadora*.

O momento em que foram iniciadas as negociações para a organização da CFF, o ano de 1949, foi um momento de tensão política no Estado do Rio de Janeiro. O governador Edmundo Macedo Soares buscava criar um quadro político de sustentação independente do amaralismo. Esforço similar ao intentado pelo presidente Dutra em relação ao varguismo, no mesmo período.

O Estado Novo, a nível nacional e estadual, tinha promovido sólidas bases políticas para seus dirigentes. Amaral Peixoto assumira a interventoria do Estado do Rio de Janeiro em finais de 1937 buscando, segundo suas

⁶ Luís Rodolfo Vilhena. **Projeto e missão...** p. 94.

⁷ Maiores dados sobre Renato Almeida podem ser obtidos no livro de Vasco Marins. **Três musicólogos brasileiros: Mário de Andrade, Renato Almeida, Luiz Heitor Correa de Azevedo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 91-130.

⁸ Entre fins da década de 1940 e os anos de 1950, a CNFL realizou uma série de encontros e semanas que procuravam formar especialistas que, apropriando-se das discussões epistemológicas das ciências humanas e sociais, imprimiriam a cientificidade necessária para que o campo de estudos fosse reconhecido como autônomo e capaz de ingressar nos currículos acadêmicos das universidades. Foram organizados quatro Semanas Nacionais de Folclore (Rio de Janeiro-1948, São Paulo-1949, Porto Alegre-1950, Maceó-1952), quatro Congressos Brasileiros de Folclore (Rio de Janeiro-1951, Curitiba-1953, Salvador-1956, Porto Alegre-1959) e o Congresso Internacional de Folclore (São Paulo-1954).

⁹ Luís Rodolfo Vilhena. **Projeto e missão....** p. 94-95.

¹⁰ Em um escrito de 1953 Renato Almeida definia o plano do movimento folclórico: “a pesquisa, para o levantamento do material permitindo o seu estudo; a proteção do folclore, evitando a sua regressão; e o aproveitamento do folclore na educação”. *Apud.* Luís Rodolfo Vilhena. **Projeto e missão....** p. 174.

¹¹ A análise de Luís Rodolfo Vilhena produzida a partir da direção do “quartel-general” do movimento no Rio de Janeiro, consolidou uma imagem do movimento como extremamente uniforme e organizado, apesar das ressalvas pontuais sobre os casos específicos. Luís Rodolfo Vilhena. **Projeto e missão....**

palavras, fazer um governo não político¹². Conciliando os interesses das elites municipais, muitas vezes divergentes, Amaral Peixoto conseguiu promover uma sólida base de sustentação, mormente no norte fluminense. Essa região representava, à época, a base econômica do Estado, para onde foram direcionadas grande parte das políticas públicas de infra-estrutura e dos incentivos a revitalização da atividade agrícola.

Em sua política de revitalização do Estado, Amaral Peixoto buscou incrementar as atividades agrícolas, base da economia estadual. A obtenção do Instituto do Açúcar e do Alcool, a abertura de linhas de crédito para financiamento agrícola, a construção de uma malha rodoviária que facilitasse o escoamento da produção para os centros consumidores – em especial a cidade do Rio de Janeiro –, o plano de eletrificação com a construção de usinas hidrelétricas, foram medidas adotadas pelo interventor no sentido de viabilizar a recuperação da economia fluminense¹³.

Esse projeto era associado a um plano educacional-cultural que buscava criar um novo cidadão, apto a participar do novo Brasil, mas que não rompia com as tradições da terra. O Departamento de Educação do Estado, sob direção de Rubens Falcão, entre 1942 e 1945 dedicou suas atenções à educação rural¹⁴. Foram criados diversos grupos escolares nos mais distantes rincões da terra fluminense. Associado a essa rede escolar eram formadas Escolas Típicas Rurais e Clubes Agrícolas que buscavam formar os alunos valorizando as tradições da terra em que os educandos viviam. Considerava-se o homem moderno aquele indivíduo sadio, instruído nos conhecimentos humanísticos e ligado às suas tradições. Assim instituiu-se o ensino da educação física e de hábitos de higiene para formar os corpos sadios. O método de ensino empregado buscava integrar os conhecimentos humanísticos às necessidades das atividades rurais. Para tal empreitada, como as normalistas instruídas na capital não dispunham de formação específica no ensino rural, foi implementada uma série de cursos de capacitação e estratégias de cooptação de outros elementos que pudessem levar a diante esse projeto, além de iniciar o projeto de formação de escolas normais rurais. Emblemático, dessa valorização das tradições, foi a feira de Artes Populares, organizada por Rubens Falcão e que realizou-se em no Grupo Escolar Getúlio Vargas, na capital do Estado, em 1945. Buscava-se assim apresentar à capital as tradições fluminenses.

No último ano do Estado Novo foram promovidos os primeiros esforços de formação de um sistema partidário-eleitoral que permitissem a continuidade do seu projeto político, com a criação do Partido Social Democrata (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)¹⁵. Esse plano foi sendo cerceado, pela oposição agrupada na União Democrática Nacional (UDN) e teve sua derrocada total com a deposição do ditador. Com a eleição do General Dutra, e sua progressiva aproximação da UDN, as tentativas de extirpação da influência varguistas, a nível nacional e estadual, tiveram grande desenvolvimento. No caso dos estados, os interventores deixaram seus postos dentro do prazo estabelecido, pela justiça eleitoral, para desincompatibilização com vistas a concorrer as eleições de 1947. Com o apoio do general-presidente, na Câmara Federal, foi aprovado o projeto udenista que aumentava o prazo de desincompatibilização, impedindo, assim, que os ex-interventores concorressem nesse pleito eleitoral.

Impedido de concorrer às eleições, Amaral Peixoto aceitou a indicação do Presidente Dutra para que o candidato do PSD fluminense fosse Edmundo Macedo Soares e Silva. Nome de conciliação com a UDN, Macedo

¹² Sobre a auto imagem que Amaral Peixoto possui de sua administração durante a interventoria ver o seu depoimento prestado ao CPDOC. Aspásia Camargo et all. *Artes da política. Diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC/FGV/UFF, 1986. P. 145-192.

¹³ Cf. Cezar Teixeira Honorato. **O novo estado no Estado Novo**. Análise da interventoria de Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 1987. Silvia Regina Pantoja Serra de Castro. **As raízes do pessedismo fluminense**. A política do interventor: 1937-1945. Rio de Janeiro: CPCOC, 1992. Da mesma autora. **Amaralismo e pessedismo fluminense**. O PSD de Amaral Peixoto. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 1995.

¹⁴ Rubens Falcão confeccionou uma espécie de relatório de atividades desenvolvidas por ele à frente do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro sob sua administração entre 1942-1945. Cf. Rubens Falcão. *Novos Caminhos na educação fluminense*. Niterói: Imprensa Oficial, 1946.

¹⁵ Angela de Castro Gomes. **A invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 308.

Soares foi eleito por uma coligação que uniu PSD-UDN-PTB. Durante a campanha eleitoral Macedo Soares comprometia-se a dar continuidade a iniciativas do ex-interventor, principalmente no norte fluminense¹⁶. Eleito, o novo governador aproximou-se das correntes udenistas e promoveu uma série de iniciativas com vistas a atrair o apoio de pessedistas e promover sisões dentro do partido de Amaral Peixoto. O ano de 1949 foi um momento político delicado para o grupo amaralista do PSD. Com vistas às eleições de 1950, o governador passou a intensificar a prática de cooptação de políticos do PSD, em grande parte, os prefeitos e dirigentes de diretórios municipais do partido.

As sisões ocorridas no seio do PSD fluminense não minimizaram a influência do Comandante no Estado do Rio de Janeiro. Articulando seu nome para as eleições de 1950, Amaral Peixoto conseguiu reagrupar lideranças pessedistas, que tendiam ao macedismo, e obteve o apoio do PTB; saindo vitorioso nas disputas eleitorais. O retorno do Comandante ao executivo do Estado representava a retomada de seu projeto modernizador e a existência de um ambiente propício para o desenvolvimento da CFF.

II – COMISSÃO FLUMINENSE DE FOLCLORE (1950-1961)

A Comissão Fluminense de Folclore foi instalada em 12 de janeiro de 1950¹⁷, contudo, as negociações para sua organização foram iniciadas em abril de 1949 como percebemos pela correspondência trocada entre o futuro Secretário Geral da CFF, Rubens Falcão e o Secretário Geral da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), Renato Almeida¹⁸.

Rubens Falcão, natural de Baturité, Ceará, migrou o Rio de Janeiro na primeira metade dos anos de 1920¹⁹. Radicou-se em Niterói, em 1927, em decorrência de sua nomeação como inspetor de ensino primário do Estado do Rio de Janeiro²⁰, onde passou a envolver-se, cada vez mais, pelos assuntos educacionais, integrando-se na burocracia estatal²¹.

Destacado burocrata da área educacional do Estado do Rio de Janeiro organizou a CFF, contudo não realizou muito a frente desta Comissão. Convidou seis pessoas, de seu círculo de relações – membros da burocracia estadual e da intelectualidade niteroiense – para compô-la. Durante sua gestão a CFF apenas realizou as comemorações do dia do

¹⁶ Silvia Regina Pantoja Serra de Castro. **Amaralismo...** p. 161-196.

¹⁷ O noticiário sobre as atividades da CFF foi consultado na Hemeroteca Virtual da Biblioteca Amadeu Amaral e no Boletim Bibliográfico e Noticioso da CNFL (1950-1961). Sobre a instalação da CFF conferir os jornais niteroienses O Estado de 14/01/1950 e A Tribuna de 14/01/1950, e os cariocas Jornal do Comercio de 14/01/1950 e de 18/01/1950 e o Jornal do Brasil de 18/01/1950.

¹⁸ A documentação da CNFL encontra-se na Biblioteca Amadeu Amaral do Museu Édison Carneiro (Museu do Folclore). Nas coleções sobre as comissões estaduais encontramos algumas cópias das cartas enviadas por Renato Almeida a seus secretários e as cartas respostas. Renato Almeida enviou ofício convite – neste caso o ofício convite n.º 240 de 20 de abril de 1949 – que não foi localizado junto da documentação da CNFL. Sabemos de sua existência pela carta de resposta de Rubens Falcão. Cf. Carta de Rubens Falcão para Renato Almeida de 20/05/1949.

¹⁹ Segundo informou a professora Haydée Figueiredo em entrevista. Cf. Entrevista concedida a professora Haydée da Graça Ferreira de Figueiredo. Niterói. 03/06/1989. Fita 1. Lado 1. (Acervo particular). Wanderlino Teixeira Neto. **Dança das Cadeiras**. História da Academia Niteroiense de Letras. Niterói/Rio de Janeiro: Imprensa Oficial/Livraria Ideal, 2001. P. 380.

²⁰ Na referida entrevista, Rubens Falcão fixa a data de ingresso na Inspeção, apenas lista as regiões que estavam a seu cargo. Seu ingresso na Inspeção de Instrução Pública ocorreu em 1927 segundo Wanderlino Teixeira Neto. **Dança das Cadeiras...** p. 380.

²¹ Durante a interventoria de Amaral Peixoto (1937-1945) foi criada a Secretaria de Educação e Saúde. Rubens Falcão tornou-se chefe de gabinete dessa secretaria até sua extinção, em 1942, quando assumiu a direção do Departamento de Educação, cargo em que permaneceu até 1945. Com o fim do Estado Novo, esteve na direção de diversos setores educacionais durante a gestão de Edmundo Macedo Soares. Com o retorno de Amaral Peixoto a chefia do executivo fluminense, Rubens Falcão foi Diretor do Ensino Primário e Pré-Primário responsável por 90% do sistema educacional do Estado. No governo Miguel Couto, Falcão assumiu a Secretaria de Educação e Cultura (1955-1958).

Folclore em 1950, participou do I Congresso Brasileiro de Folclore (CBF), ocorrido Rio de Janeiro, em 1951, e iniciou o processo para o estabelecimento do convênio de proteção e pesquisas folclóricas entre a CFF e o governo estadual. Em 1952, quando foi convidado a participar da comissão de organização do II CBF, que ocorreria no ano seguinte em Curitiba, renunciou ao cargo. Justificou a inatividade da CFF por suas atribuições a frente do Departamento de Educação Primária e Pré-Primária.

Para substituí-lo, Rubens Falcão indicou o médico Luiz Palmier. Originário de Sapucaia, Palmier migrou para o Rio de Janeiro devido ao ingresso na Faculdade de Medicina por onde concluiu o curso em 1918 e passou a combater a gripe espanhola em São Gonçalo²².

Nesta cidade projetou-se como intelectual e homem de ação, alicerçando sua trajetória em cuidados com a infância, o que o levou a atuar nas áreas de saúde²³ e educação²⁴. Durante o Estado Novo esteve antenado com as propostas getulistas/amaralistas. Sua trajetória pública levou-o a atividade política tornando-se vereador de São Gonçalo, em 1930, e deputado da Assembléia Constituinte Estadual, em 1935. Participou de diversas associações literárias onde pautou sua reflexão intelectual na construção de uma memória/identidade para as regiões fluminenses²⁵.

Ao assumir a CFF passou imprimir-lhe uma direção ágil e eficaz. Reorganizou a comissão ampliando seu número de participantes de sete para trinta e cinco, convidando membros da burocracia estatal e da intelectualidade fluminense. Participou do II CBF, em Curitiba (1953), e do Congresso Internacional de Folclore, em São Paulo (1954). Para distribuição entre os congressistas de ambos certames, editou Folclore Fluminense, revista da CFF. Concluiu as negociações para a assinatura do convênio com o governo do Estado. Realizou palestras e outros eventos folclóricos e planejou o estabelecimento de um museu folclórico para o Estado. Não concluiu esse último projeto devido a leucemia que o vitimou e que levou a morte em outubro de 1955.

Com a morte de Palmier assumiu a direção da CFF, em junho de 1956, a professora Gertrud Uhlmann Burlein pessoa com poucas articulações políticas e intelectuais no Estado do Rio de Janeiro. Participou, apenas, do III CBF, realizado em 1957, em Salvador. Não conseguiu desenvolver as atividades da CFF pois “a sua voz encontrou fraca ressonância, desajudada pelas autoridades, sem meios de levar a cabo as iniciativas que programava”²⁶. Além de sua desarticulação dos meios intelectuais e de poder do Estado, Gertrud Burlein contou com mais um fator desfavorável: as eleições de 1954 e o crescimento do PTB. Amaral Peixoto novamente fez seu sucessor no Estado do Rio, Miguel Couto Filho. Contudo o novo governador adotou as mesmas práticas de Edmundo Macedo Soares: buscou criar uma base política autônoma. Assim buscou imprimir sua marca na administração estadual afastando-se das propostas amaralistas. Outro agravante, o PTB teve um grande crescimento com a política de JK. O Partido Trabalhista Brasileiro chegou ao

²² Cf. Wanderlino Teixeira Leite Neto. **Dança das Cadeiras...** p. 300-301; Salvador da Mata e Silva. **Gonçalenses Adotivos**. São Gonçalo: s/ed., 1996. P. 30; Ayrton Pinto Ribeiro. Luiz Palmier. In: **A Tribuna**. 23 e 24/02/1977; e Emmanuel de Macedo Soares. **Figuras e fatos da medicina em Niterói**. Niterói: s/de, 1994. P. 378.

²³ Luiz Palmier liderou o movimento pró construção do Hospital de São Gonçalo em 1920 que teve sua meta alcançada em 1934 com sua inauguração. Palmier ainda promoveu uma série de associações que objetivavam o cuidado médico assistencialista com a infância: o Instituto Gonçalense de Amparo a Maternidade e a Infância (IGAMI), o Centro de Puericultura local, o Lactário Municipal, entre outras.

²⁴ No campo educacional participou e incentivou as atividades dos Grupos Escolares e Escolas Típicas Rurais existentes no município. Dirigiu a seção municipal da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos que criou o Ginásio Orlando Rangel. Dirigiu outras associações educacionais, não apenas em São Gonçalo.

²⁵ A título de exemplo podemos citar sua participação no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, na Academia Niteroiense de Letras, no Cenáculo Fluminense de Letras e História e no Instituto Fluminense de Cultura, entre as décadas de 1910 e 1950. Suas reflexões intelectuais levaram-no a escrever histórias das diversas regiões fluminenses no jornal *Letras Fluminenses*, de sua criação (1950) até a morte do médico (1955). Sua obra maior nesse sentido foi *São Gonçalo. Cinqüentenário*, elaborado com vistas às comemorações do cinqüentenário de emancipação política administrativa do município. Cf. Luiz Palmier. **São Gonçalo. Cinqüentenário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

²⁶ Boletim Bibliográfico e Noticioso da CNFL. Janeiro de 1962. p. 02.

executivo fluminense pelas eleições de 1958. Com maior apoio nos centros urbanos e operários, mudou-se a direção política do estado para esses setores. O amaralismo e sua base rural perdiam assim influência.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi analisado anteriormente podemos delinear algumas questões para os estudos folclóricos no Estado do Rio de Janeiro na década de 1950.

Por um lado, observamos que as ações da CFF eram ditadas pelo envolvimento de seu Secretário Geral com a proposta da CNFL. Não adiantava haver um contexto favorável sem que o Secretário pudesse dedicar-se a essas atividades, como foi o caso de Rubens Falcão. Ocupando um cargo na burocracia estadual poderia captar as benesses da administração fluminense para as atividades da CFF. Contudo, esse mesmo cargo era o impedimento para que pudesse se dedicar. Quando Luiz Palmier assumiu, integrado nas redes de sociabilidades da intelectualidade local e comprometido com o projeto amaralista – mas não tão integrada a burocracia estadual –, foi possível deslanchar as atividades da Comissão Folclórica. Sua morte, no entanto, colocou a Comissão em uma difícil situação. Sua sucessora não dispunha das mesmas relações entre a intelectualidade niteroiense e os gestores das políticas públicas.

Por outro lado, observamos que as alterações políticas ocorridas no Estado do Rio de Janeiro, no transcorrer da década de 1950, atuaram como propulsor ou refrator das atividades da CFF. Em um contexto de valorização das tradições rurais a Comissão folclórica possuiu os meios para desenvolver suas atividades. O projeto político amaralista baseava-se no incentivo às atividades agropecuárias e possuía suas bases eleitorais entre as populações rurais. A valorização das tradições dessa populações campestres era também proposta pelos folcloristas que viam o campo como o setor detentor das verdadeiras tradições nacionais. As mudanças políticas ocorridas na Segunda metade dos anos de 1950 auxiliaram no declínio das atividades da CFF. A ascensão do PTB, e a implementação de uma orientação urbano-industrial para o Estado, limitava as iniciativas de valoração do campo e de seus valores.